

LIMPANDO O PASSADO PARA VIVER NO PRESENTE: MODOS DE PENSAR A MEMÓRIA E A HISTÓRIA ORAL EM DOIS TEXTOS DE MENESES (1992) E PORTELLI (2006)

Roger Camacho Barrero Junior¹
José dos Santos Costa Júnior²

Resumo: Longe de ser uma produção que recupera um passado histórico, a memória consiste em todo um trabalho de produção com intenso investimento social de sentidos sobre as experiências passadas. Como as historiadoras e historiadores podem ler a memória como objeto da História? Por meio do diálogo com dois importantes estudiosos da relação história/memória, Alessandro Portelli e Ulpiano Bezerra de Meneses, o texto constrói uma reflexão de caráter teórico-conceitual sobre o lugar da memória na operação historiográfica. A memória pode ser tratada como objeto da história. Tal estatuto impõe a tarefa de situar temporalmente sua produção e a rede de relações em que ela se dá, além dos atores, fins e recursos materiais e simbólicos envolvidos em sua elaboração e gestão social. Fazer a História enquanto trabalho intelectual metodologicamente embasado requer o exercício heurístico, e eminentemente ético, de não naturalizar a memória, mas compreendê-la enquanto produção fisiológica, cultural e politicamente situada. Desnaturalizar a memória para elaborar a história permite multiplicar as leituras do passado e abrir novos olhares sobre o presente.

Palavras-chave: Historiografia; Teoria da História; História e Memória.

CLEANING UP PAST TO CAN LIVE IN THE PRESENT: KINDS OF THINKING MEMORY AND ORAL HISTORY IN TWO TEXTS OF MENESES (1992) AND PORTELLI (2006)

Abstract: Far from to be a product that recover a historic past, memory consists in a producton working with intense investiment of feelings about past experience. How can historians look memory like History object? With the two import professors (Alessandro Portelli and Ulpiano Beserra de Meneses) dialogue about history and memory relations, this article build a theoretical-conceptual reflection about the place of memory in historiographical working. Memory could be treated like history object.

¹ Doutorando pelo departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), bacharel e licenciado também em História pela mesma instituição. Estuda temas relacionados ao gênero, trajetórias de vida, partidos políticos e memória. Tem experiência como docente na educação pública e no Programa de Educação Tutorial (PET) do departamento de História da Unifesp. (<http://lattes.cnpq.br/6400295853420084>)

² Doutorando em História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH-UFRGS). Possui experiência em história do Brasil, teoria e metodologia da história, especialmente nos seguintes temas: história da infância, história da educação, historiografia brasileira, pós-estruturalismo. (<http://lattes.cnpq.br/3276624670972058>).

That role imposes the work of situate temporally your production and its networkings, besides its actors, aims and material and symbolical resources. Make History like a intelectual work, based methodologically, requires the heuristic exercise, and eminently etic work. of never naturalize memory, but understand it like a fisiological, cultural and political production. Desnaturalize memory for make a history allows to multiplicate past readings such as open new views about our present.

Keyword: Historiography, History Theory; History and Memory

Introdução

Não é de hoje que as memórias são um objeto de descrição que é produzido para registrar e instituir narrativas sobre diferentes grupos socioculturais. Elas também são utilizadas para análise e crítica por historiadoras e historiadores. Sendo bem diferente de um discurso *mnemônico*, o trabalho de escrita da história mobiliza efetivamente outros critérios de análise, sendo orientado por objetivos e perspectivas distintas. Daí que se impõe à (ao) historiadora (or) o desafio de sempre desmontar as memórias produzidas individual ou coletivamente. Isto significa dizer que no trabalho da pesquisa e escrita da história as memórias devem sempre ser vistas nas condições históricas que as tornaram possíveis como organizadoras de enredos e formas de compreensão sobre a vivência coletiva no âmbito de uma dada cultura.

Este texto tem como objetivo discutir os problemas que envolvem a análise da memória no âmbito da historiografia a partir de dois autores cujas contribuições são importantes para o ofício da pesquisa: Alessandro Portelli, pensador italiano cujos trabalhos sobre cultura americana e literatura se originaram na Universidade de Roma *La Sapienza*. Sua obra é lida e comentada em departamentos de história e sociologia de diversos países, contribuindo para as discussões sobre os usos da memória na História Oral enquanto metodologia de pesquisa que lida com a história do tempo presente e os seus dilemas. O outro autor selecionado é Ulpiano Bezerra de

Meneses, historiador e professor da Universidade de São Paulo, com grande contribuição para os estudos de história antiga, cultura material e patrimônio cultural.

O texto de Ulpiano aqui analisado foi publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* no ano de 1992 e é um artigo essencial para aqueles que pretendem discutir questões relacionadas à memória e às suas várias significações³. Portelli tem seu artigo publicado na compilação de Janaína Amado e Jorge Ferreira (publicada originalmente em 1996) que reúne diversos artigos e reflexões acerca dos usos da história oral⁴. Portelli, em seu texto aqui utilizado como objeto da análise, escreve sobre a memória de um massacre ocorrido na Itália em 1944. Em seu texto ele mostra como a partir da observação dos relatos acerca desse fato pode-se notar divisões na memória e como ela pode ser moldada de acordo com interesses diversos e pela própria experiência daqueles que vivenciaram o evento em questão. A partir disso, o autor passa a alertar a (o) historiadora (or) para os riscos e os desafios de estudar a memória, seja ela de um determinado indivíduo ou grupo, por meio da história oral. Ocorre que a memória, tomada como fonte do conhecimento histórico, deve ser localizada dentro de um contexto social, econômico, cultural e político, percebendo-se os indivíduos que tomam a palavra para enunciar sobre essa narrativa coletiva, uma vez que a rigor a memória nunca é apenas individual, por mais que seja sempre um ou mais indivíduos que sejam autorizados e/ou conduzidos a falar em nome dessa perspectiva urdida coletivamente.

Ulpiano Bezerra de Meneses também escreve sobre a memória, porém ele não se atém a um caso específico, mas às suas diferentes significações e categorias (individual, coletiva, nacional, entre outras), buscando

³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34. São Paulo: Edusp, 1992. p. 16

⁴ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chianna (Toscana: 29 de junho de 1944) mito, política e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 113.

problematizar um pouco os usos da memória no campo das Ciências Sociais. Em seu artigo ele também aborda a questão das características fisiológicas da memória, dentre as quais o seu viés psicológico, e como ela é produto de uma remodelação constante realizada com o decorrer do tempo. O seu argumento é o de que ela não pode ser confundida com a história (enquanto atividade intelectual), devendo assim ser vista como objeto para a realização dos estudos históricos. Já no título a provocação fica evidente: faz necessária a tensão entre história e memória, do ponto de vista que aquela não se torne *cativa* desta. Se a história, enquanto conhecimento racional e crítico, se torna refém da memória isto comprometeria o papel crítico e ético que faz parte de seu horizonte. Deste modo, *rachar* esta última, desunir as teias da narrativa que engessa ou cria leituras sempre interessadas sobre o passado consiste em um passo importante para escrever a dita história-problema.

Portanto, este texto opera a partir de um recorte dentro da ampla e variada obra desses dois autores tomados como objetos de estudo. Nosso interesse é pensar a partir de Portelli e Meneses sobre os dilemas, problemas e potencialidades que a memória apresenta para a história, nos cabendo o desafio de diferenciar e tensionar estes dois regimes discursivos. Neste sentido, ao longo do texto nosso interesse será o de sistematizar os aprendizados que estes dois autores oportunizam sobre a elaboração do discurso historiográfico, mediado por procedimentos metodológicos e princípios éticos que fazem do uso da memória um desafio profícuo para entender e analisar a constituição da cultura e as relações de poder que a atravessam socialmente. Sendo assim, em tempos marcados por uma profusão de múltiplas narrativas memorialísticas que visam recuperar e analisar processos e momentos da história do Brasil, muitas vezes partindo da narração sobre a experiência de certos indivíduos ou grupos sociais, cabe pensar metodologicamente como a análise da memória poder ser um importante ponto de partida para pensar o tempo presente. Além do mais,

devemos refletir sobre os usos sociais que se faz dela para conservar certas práticas, delimitar posições e condutas ou imprimir diferenças em narrativas hegemônicas sobre os múltiplos passados que se escondem sob a armadilha de um singular *passado histórico*.

Da memória como produção

Por meio da leitura do texto de Alessandro Portelli podemos notar que o autor define a memória como um constructo, na medida em que é moldada no decorrer do tempo devido a interesses políticos e culturais. No caso de Ulpiano, o autor dá foco aos traços fisiológicos da memória ao tratar das várias categorias presentes nela, mas não omite seus aspectos sociais, políticos e culturais. Tal empreitada torna-se desafiadora, uma vez que não se pode recusar o seu caráter fisiológico como constitutivo das operações de reter, rememorar, elaborar e disseminar sentidos sobre experiências individuais situadas socialmente. Se ela nos coloca diante do desafio natureza/cultura, que efetivamente é uma diferenciação que não gera oposição, mas complementaridade, abre-se também desafios de várias outras ordens, uma vez que sendo socialmente elaborada por meio da linguagem, faz parte do desafio da pesquisa histórica desconfiar da linguagem como não mera reprodutora do real, isto é, não havendo uma relação direta entre linguagem e referente, pois a relação dos nomes com as coisas não tem nada de natural, mas consiste em um traço eminentemente humano e por isso mesmo interessado, endereçado e politicamente definido⁵.

Ao tratar da memória e sua constante reformulação, Ulpiano pensa como Portelli, ao considerá-la como um constructo social que serve para

⁵ Uma interessante discussão pode ser lida do ponto de vista da relação da História com a Filosofia, cf. GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

reforçar identidades, sejam elas da esfera particular ou coletiva. O autor adentra a categoria do individual ao discutir o seu caráter psicológico e como ela não pertence às pessoas, ou seja, não traz o vivido em sua totalidade à mente do indivíduo, pois vem ao presente apenas por fragmentos quando é refletida por um indivíduo específico. Para Ulpiano há um *papel fundante do presente*, o que significa dizer que as circunstâncias em que se encontra o indivíduo são um elemento fundamental para direcionar, condicionar ou participar da construção narrativa sobre o passado. Por isso mesmo, essa dimensão construtiva e atributiva de sentido que o presente exerce faz com que um mesmo indivíduo ou grupo construa sentidos diferentes, possivelmente opostos, às *mesmas* experiências do passado já relatadas. A (o) pesquisadora (or) não deveria ler esse tipo de operação na base simplista do binômio *verdade e mentira*, o que incorreria em um julgamento apressado. Entender o contexto em que a memória é produzida e por quem é transmitida diz muito sobre os conflitos de sentido e as disputas simbólicas em torno da experiência compartilhada.

Nessas questões levantadas inicialmente, remetemos à definição que Jacques Le Goff⁶ dá à memória ao escrever que ela é um fenômeno individual e psicológico, porém que também está ligado à vida social, sendo em ambos os casos uma apropriação do tempo pelo agente que narra suas vivências. Pensando nisso, podemos tomar como exemplo o seguinte excerto de Meneses:

Se a memória costuma ser automaticamente correlacionada a mecanismos de retenção, depósito e armazenamento, é preciso apontá-la também como dependente de mecanismos de seleção e descarte. Ela pode, assim, ser vista como um sistema de esquecimento programado. Sem o esquecimento, a memória humana é impossível.⁷

⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 419

⁷ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34. São Paulo: Edusp, 1992. p. 16

Devemos lembrar que certos fatos não trazem lembranças boas para determinados grupos ou pessoas, o que se dá por serem dolorosas, vergonhosas ou proibidas.⁸ Pensando nisso, a (o) historiadora (or) deve sempre ter em mente que os silêncios também devem ser problematizados na medida em que trazem para o relato representações acerca do passado, remetendo às suas relações com esse tempo rememorado. Os silêncios podem remeter a critérios de seleção sobre aquilo que, mesmo sendo rememorado, não poderia ser enunciado por motivações políticas, morais, traumáticas, etc. De acordo com Tzvetan Todorov,⁹ o silêncio, assim como o esquecimento, não é oposto à memória, mas uma ferramenta essencial para a sua construção.

Ainda pensando na questão psíquica da memória, notamos que Portelli¹⁰ entra nessa discussão ao tratar dos acréscimos ou confusões temporais presentes em alguns relatos. Essas alterações não se dão propositalmente, mas ocorrem devido ao impacto que determinados fatos têm na experiência prática particular. O fato de uma pessoa recolocar personagens em locais onde nunca estiveram ou confundir datas pode se dar, segundo o autor, pelo fato de como essas experiências dolorosas geraram amnésia quanto a certos detalhes. Esse traço acaba por confundirlos no relato da pessoa entrevistada, remetendo-nos à citação de Meneses acima posta.

Pensando nessa questão, devemos lembrar que além da relação com o passado, a memória também é influenciada de acordo com o período no qual o relato é colhido. Nesse sentido, temos que ter em mente que os

⁸ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34. São Paulo: Edusp, 1992. p. 19

⁹ TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2000.

¹⁰ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chianna (Toscana: 29 de junho de 1944) mito, política e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 113.

depoimentos estão relacionados a determinadas escolhas pessoais ou coletivas, as quais estão contidas na *psiqué* do indivíduo, sendo também definidas pelo momento de vida da pessoa que relata, ou seja, o indivíduo ou um determinado grupo que narra uma experiência específica de uma maneira em um momento de alegria e de outra em um período de pesar. Tal formulação nos leva a pensar numa operação racional de reflexão sobre essas experiências individuais, as quais também são influenciadas por certas carências de orientação no tempo desses agentes.¹¹ Nesse sentido, lembre-se que a memória está sempre sendo remodelada de acordo com fatores específicos, ou como escreve Meneses:

(...) nem a memória pode ser confundida com seus vetores e referências objetivas nem há como considerar que sua substância é redutível a um pacote de recordações, já previsto e acabado. Ao inverso ela é um processo permanente de construção e reconstrução (...) O esforço ingente com que costumam investir grupos e sociedades, para fixá-la e assegurar-lhe estabilidade, é por si, indicio de seu caráter fluido e mutável (...)¹²

Observando essa citação, dentro da questão acima levantada, podemos levar em conta um cuidado com o uso de testemunhos em uma pesquisa: o fato de que a memória está sempre sendo reelaborada com o passar do tempo. Ainda pensando nisso, Meneses afirma que um relato está embebido de traços do momento em que foi feito, ou seja, acaba por responder aos interesses do período de sua produção. A memória relatada aparece como algo construído no presente e assim deve ser problematizada distanciando pesquisadora (or) e objeto, identificando, nas palavras de Meneses, a substância do passado sem prejudicar os interesses do presente, o que gera de certa forma a necessidade de uma abordagem que visa à

¹¹ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.

¹² MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34. São Paulo: Edusp, 1992. p. 10

separação entre passado e presente, nos remetendo ao fato de que isso é uma preocupação latente dentro dos trabalhos historiográficos modernos.¹³

Essa questão nos faz refletir também no fato de que uma pesquisa histórica deve estabelecer um corte que separe essas duas temporalidades, como afirma Michel de Certeau.¹⁴ Nesse sentido, os fatos que não podem mais ocorrer devem ser apartados daquilo que é parte da vivência contemporânea da pessoa que narra sua experiência, no momento de sua entrevista. A (o) historiadora (or) deve ter a percepção de que deve separar na narrativa, formulada durante a entrevista, aquilo que diz respeito aos mortos, ou do vivido, daquilo que é do presente.¹⁵

Também devemos levar em consideração, ao pensar nesses pontos levantados por ambos os historiadores, que essa reelaboração da memória remete à formação de narrativas acerca do período relatado. Esse processo racional de reflexão sobre o passado (no caso a narrativa) surge por meio de certos interesses, como nos lembra Jörn Rüsen.¹⁶ Pensando nesse autor, lembramos que determinadas carências de orientação acabam influenciando no processo constitutivo de uma narrativa, sendo que uma (um) pesquisadora (or) deve ter em conta tanto as necessidades daqueles que a reformularam, como daqueles a quem elas se destinaram. Portanto, podemos dizer que tanto no texto de Meneses quanto no de Portelli, diferentes interesses auxiliam na formulação de narrativas que façam jus a diferentes olhares sobre o passado, o que acaba gerando conflitos, vista a variedade de pontos de vista sobre um determinado espaço temporal. Em ambos os

¹³ HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 22

¹⁴ CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 14

¹⁵ HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. pp. 163 – 172

¹⁶ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.

autores a narrativa aparece como algo que traz à memória a materialidade necessária para que seja compreendida por seus ouvintes.

Voltando ao ponto de vista de Portelli, agora acerca da questão da influência do presente na memória, podemos de início tomar como exemplo a seguinte citação:

Na verdade, o luto, como a memória, não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado (“elaborado”) no tempo histórico. Por exemplo: assim como o depoimento dos membros da Resistência, o dos sobreviventes também se modifica com o tempo.¹⁷

Portelli remete às múltiplas memórias de um massacre, e escreve que após um primeiro impacto sobre o que é relatado, o estudioso deve ponderar e passar a analisar criticamente suas fontes, inclusive aqueles testemunhos que venham a lhe causar incômodo. Devido à gravidade e à tristeza com o que era dito, o autor se sentiu mal por saber da violência ali sofrida. Além do mais, alguns pontos de vista provavelmente destoavam dos seus, trazendo-lhe novos olhares sobre aqueles fatos e, logo, gerando desconfortos. Partindo dessas ponderações, devemos lembrar que nós não somos seres imparciais e que estamos sujeitos a tomar posição ou se emocionar com determinadas lembranças. Contudo, não podemos deixar de lado a crítica às fontes e, após um breve respiro, voltar a analisar o que foi dito, entendendo que os indivíduos não são coerentes e que seus pontos de vista são moldados pelo que tiveram acesso¹⁸ e reconstruídos com o passar do tempo, sendo compostos no contato com outras lembranças.¹⁹

¹⁷ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chianna (Toscana: 29 de junho de 1944) mito, política e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 109

¹⁸ AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *Projeto História*, São Paulo n. 14, 1996; COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: dilemas da interpretação. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2014.

¹⁹ THOMSON, Alistair. Reconstituo memórias: questões sobre as relações entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, Vol. 15, 1997.

Meneses ainda toca na questão da memória coletiva como categoria, tratando também da individual e da nacional. A primeira aparece para o autor como uma rede de lembranças de um determinado grupo social, assegurando sua coesão e solidariedade, e que precisa ser sempre rememorada. Portelli²⁰ trata da memória coletiva como uma rede de solidariedade entre agentes, lembrando-se do caso dos sobreviventes do massacre. Por outro lado, ela também é moldada devido a interesses políticos, se levarmos em consideração os discursos governamentais acerca do fato, bem como dos partidos de esquerda italianos quanto ao caso, o que nos remete novamente à questão dos interesses sobre esse fato e às carências de orientação dos diferentes grupos que reivindicavam a memória do massacre. De acordo com Michael Pollak,²¹ algumas narrativas enfocam-se em determinados traços para legitimar uma determinada imagem sobre o passado. Contudo, essa noção excluiria outros fatos, enquadrando assim períodos, pessoas e grupos. Sendo assim, pensando na memória coletiva como algo influenciado por ideologias, Portelli ainda escreve:

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é bem assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. (...) a memória é social e pode ser compartilhada (...); mas ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. (...) Quando compreendemos que “memória coletiva” nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-la como a expressão direta e espontânea (...), mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições.²²

²⁰ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chianna (Toscana: 29 de junho de 1944) mito, política e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 108

²¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. p. 9

²² PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chianna (Toscana: 29 de junho de 1944) mito, política e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 127

Nota-se que Portelli também mostra que um relato não representa o todo de uma memória coletiva. Esta também se alimenta de lembranças externas e a partir delas influencia na criação representações acerca de experiências do passado. Nesse sentido, ele apresenta a memória como algo social – atravessada por diferenças – que pode ser compartilhado dentro e fora de um determinado grupo, mas que apenas pode ser repassada individualmente. A memória coletiva seria influenciada assim, segundo o autor, por fatores sociais e políticos.

A questão da linguagem não pode ser esquecida nesse trecho, pois remete à construção de narrativas acerca de um passado coletivo, visto que as formas como é feita a transmissão do vivido por essas pessoas pode trazer para nós questões referentes às representações do passado e às técnicas de rememoração provenientes do uso de certas palavras ou de sua associação a fatos específicos.²³ Nesse sentido, a história dos conceitos é importante para o estudo desses relatos, pois auxilia a (o) pesquisadora (or) a mapear e compreender o uso de determinados termos que podem não ter o significado que tem no momento da entrevista. Também podemos pensar nas apropriações dessas palavras pela pessoa entrevistada, que pode revelar dados importantes sobre o seu posicionamento quanto ao ocorrido ou suas ideologias, dando informações sobre determinadas tensões políticas e sociais do período narrado, as quais podem vir à tona no relato.²⁴ Falar na relação da memória com a ideologia significa, de acordo com a reflexão de Meneses, considerar e localizar o Estado e os grupos dominantes se empenhando na (re) produção do *status quo*.

Dessa maneira, no que tange à questão da memória, podemos extrair dos escritos desses historiadores que a (o) pesquisadora (or) deve se preocupar com os diferentes momentos pelos quais a (o) colaboradora (or),

²³ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 421

²⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 103

ou seja, a pessoa entrevistada, na concepção de José Carlos Sebe Bom Meihy,²⁵ passou desde o fato por ele narrado até o momento no qual a (o) historiadora (or) desenvolve seus questionários. Também deve ter em mente que a memória é construída por fatores referentes à *psiqué* humana, à sociedade e à política, como abordaremos a seguir.

Memória, mito e política

Ainda pensando na relação das pessoas com o seu passado, não podemos esquecer-nos de tratar de mais algumas questões que interferem no uso de relatos orais como fontes de pesquisa. Em um relato pode haver traços de narrativas míticas, seja por fatores psicológicos, pela relação pessoal de um agente com o seu vivido ou pela maneira como eles se utilizam dessa memória para fins ideológicos (sendo eles políticos, religiosos ou culturais). Nesse sentido, devemos levar em consideração que um relato também traz à tona questões estruturais, visto que mitos são narrativas coletivas e podem permanecer na cultura de um grupo específico mesmo com o passar do tempo.²⁶

A memória é construída por repertórios e referências com as quais uma pessoa teve contato em sua vida. Partindo dessa perspectiva, Janaína Amado²⁷ estudou o caso de um trabalhador que concedeu uma entrevista a ela para uma pesquisa sobre uma revolta rural no estado de Goiás. Contudo, no decorrer da análise ela notou que a fala daquele sujeito não batia com as demais fontes e decidiu engavetar a transcrição daquela

²⁵ Segundo a concepção de José Carlos Sebe Bom Meihy (2005), as pessoas que relatam suas experiências para a (o) historiadora (or), a fim da realização de uma pesquisa em história oral, devem ser chamadas de colaboradoras, pois a relação entre a (o) entrevistadora (or) e a (o) entrevistada (o) é dialética e o relato, ou um conjunto deles, acaba sendo construído por meio dessa relação. (MEIHY, José C. Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2005.)

²⁶ PASSERINI, Luisa. Mitobiografia em História Oral. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP*. Nº 10. São Paulo: Educ, 1993. p. 30

²⁷ AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *Projeto História*, São Paulo n. 14, 1996.

entrevista. Posteriormente, ela voltou a ler aqueles papéis e notou que o colaborador não mentia, mas utilizava-se de Dom Quixote para interpretar os fatos que viu. Assim, devemos lembrar que trechos de músicas ou poemas, contos infantis ou doutrinas religiosas podem ser a base de uma narrativa. Cléria Botelho da Costa²⁸ alerta para o fato de estudarmos com cuidado uma fonte de memória. De acordo com a professora, a (o) historiadora (or) deve ter cuidado ao abordar uma pessoa devido à possibilidade da divergência de ideias. Nesse sentido, nossas referências acadêmicas podem conflitar com aquele que é entrevistado e, sem desconsiderar a importância do rompimento de certos imaginários e preconceitos, lembrar que há uma distância entre quem fala e quem ouve, independente dos pontos de vista convergirem ou divergirem.

Sobre a questão da transmissão do vivido, Portelli mostra que muitas narrativas sobre o massacre aparecem embebidas de traços e dados que aproximam esses relatos de narrativas míticas. Pessoas heroificadas e até mesmo sacralizadas por meio de uma relação do ocorrido com pensamentos religiosos, são detalhes problematizados pelo autor. O mito aparece nesses relatos, segundo Portelli, não pelo interesse de forjar uma história fictícia, mas pela forma como muitas pessoas articulam suas experiências pessoais e coletivas com práticas e mentalidades locais. Também surge por meio da relação desses indivíduos com a experiência traumática do massacre. Esses acréscimos de fatos, que não necessariamente ocorreram, em um relato são dados que a (o) historiadora (or) deve problematizar, visto que na história oral o vivido e o simbólico se confundem nas fontes.²⁹

²⁸ COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: dilemas da interpretação. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2014.

²⁹ PASSERINI, Luisa. Mitobiografia em História Oral. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP*. Nº 10. São Paulo: Educ, 1993. p. 29

Ao generalizar a complexidade do ocorrido e centrar esse passado em figuras, locais ou na sua própria participação, a (o) colaboradora (or) dá à (ao) pesquisadora (or) dados sobre a sua relação com esse passado e as suas reapropriações do ocorrido, estas acumuladas no decorrer do tempo e que interferem na sua narrativa no presente da construção da entrevista.³⁰ Sendo assim, devemos ficar atentos para as formas como seus entrevistados podem materializar a sua memória.

Pensando nessa questão, os locais das execuções são espaços onde a lembrança do ocorrido é trazida à tona. As comemorações e os discursos de efemérides também aparecem como fatores simbólicos de memória, mesmo sendo abstratos.³¹ Esses lugares e ritos relembram aos sobreviventes, o que aparece enfaticamente nos seus relatos, e àqueles que não viveram o ocorrido que algo ocorreu naquele espaço, o que fomenta as identidades coletivas locais, por meio da identificação com o espaço. Além do mais, como bem mostra Maurice Halbwachs,³² uma pessoa ativa certas lembranças ao passar por um local. Como exemplo, ele nos diz que um sujeito escravizado pode esquecer por um momento de sua condição ao estar com seus pares longe dos olhares do seu senhor e feitores. Porém, ao adentrar na casa grande e ter contato um espaço que o remete a quem o oprime, lembra-se de sua posição. Partindo desta reflexão, as pessoas entrevistadas por Portelli poderiam esquecer do massacre em certos momentos, como ao entrar em suas casas, ao sair da cidade ou ao passar por um local modificado após a guerra. Entretanto, ao olharem alguma edificação, rua ou praça onde os fatos se deram, traziam à tona suas lembranças e com elas as dores e feridas nelas contidas.

³⁰ PORTELLI, Alessandro. *Sonhos Ucrônicos: Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP. Nº 10. São Paulo: Educ, 1981.*

³¹ NORA, Pierre. *Entre História e Memória: A problemática dos Lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP. Nº 10. São Paulo: Educ, 1981.*

³² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2015.

De acordo com Sandra Jatahy Pesavento,³³ há memórias voluntárias e involuntárias. As primeiras são ativadas sem o estímulo de quem recorda, como nos fatos acima postos. A segunda se refere ao exercício de imaginar o passado sem o apoio de referenciais humanos ou materiais. Se por um lado aquelas pessoas poderiam ter o impacto de ver uma determinada casa ou edificação, por outro teriam de lidar com uma cidade que não era a mesma de 1944 (ano do massacre). A formulação de datas poderia ser o apoio para a realização desse exercício *mnemônico* na medida em que o trauma era revivido por uma convenção coletiva.

A uchronia também pode aparecer quando a pessoa volta toda a sua narrativa para um determinado local ou data festiva. A (o) entrevistada (o) pode focar a sua narrativa em um prédio, praça ou rua, como também pode voltar sua narrativa para datas específicas, nas quais a mesma pode colocar toda a experiência de um período maior. Os locais de memória, na concepção de Pierre Nora, aparecem nas narrativas dos sobreviventes no texto de Portelli. Ao mostrarem enfaticamente locais como a praça da cidade ou o cemitério, as (os) colaboradoras (es) transferem aquilo que dá empiria a suas memórias para a sua operação narrativa.

No sentido político, a memória também deve ser pensada, como objeto de poder, ou seja, como algo que auxilia no *controle das massas* e na forma como elas olham para o seu passado. Dentro dessa questão, Meneses mostra como a memória nacional é formadora de identidades na medida em que é formulada por um grupo amplo de pessoas, bem como reforçada ou construída pelo Estado. Por outro lado, ele escreve que grupos sociais acabam se utilizando de suas memórias acerca de uma experiência sofrida

³³ PESAVENTO, Sandra. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 2, n. 4, 2004.

como fomento para lutas políticas, o que vai na contramão de uma visão que mostra o governo como único agente que impõe memória.³⁴

Dessa forma, notamos que a experiência sofrida por determinadas pessoas pode aparecer em seus relatos como lição para agir no presente e no futuro, ou seja, uma concepção de história como *mestra da vida*, orientadora das ações individuais e coletivas, o que traz em si uma concepção da experiência histórica que, por longo tempo, exerceu forte influência na cultura histórica.³⁵ Pensando na questão do controle sobre o povo, devemos lembrar que Portelli mostra como o governo italiano e grupos políticos tentaram impor sua visão acerca do massacre, como dito no tópico anterior.

Por expor um ponto de vista embebido de ideologias específicas, essa memória dita oficial não atendeu aos interesses da população do local onde o evento se deu, o que acabou por gerar mais de uma memória acerca do fato, a chamada *memória dividida*.³⁶ Nesse sentido, aqui aparece claramente uma luta pela recordação sobre as experiências coletivas de um determinado grupo, ou seja, uma contraposição entre recordações individuais e coletivas e uma memória institucionalizada e monopolizada devido a interesses políticos.³⁷ De acordo com Michael Pollak,³⁸ uma memória que se diz oficial não é a única a existir, pois outros sujeitos sustentam suas próprias versões dos fatos. Assim, ele mostra que existem aquelas subterrâneas, as quais circulam em determinados círculos e podem se tornar oficiais quando a que ocupa esse posto entra em crise.

³⁴ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34. São Paulo: Edusp, 1992. p. 22

³⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 43

³⁶ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chianna (Toscana: 29 de junho de 1944) mito, política e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 106

³⁷ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. pp. 470 – 471

³⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, nº 3, 1989. p. 4 – 5

Na pesquisa deve-se levar em consideração que a narrativa de um fato específico pode sofrer a interferência tanto de mitos populares (personagens, crenças entre outras), como nacionais forjados pelo Estado (heróis, grandes feitos, entre outras). Aqueles que reivindicam a memória de um determinado tempo podem se utilizar de narrativas externas, como ditas no tópico anterior, para legitimarem ou complementarem os seus discursos.³⁹ De acordo com Pollak,⁴⁰ um relato individual pode beber de narrativas coletivas. Dessa maneira, um sujeito pode utilizar desses pontos de vista para entender a si e ao seu passado. Ecléa Bosi⁴¹ vai além e mostra como as lembranças utilizam-se do espaço para associar uma vida a um local. De acordo com a autora, na falta de outras lembranças para compor as suas, uma pessoa pode utilizar de fatos retirados de uma história tida como oficial para compor a sua fala. Isso não ocorre apenas devido a interesses políticos e ideológicos, mas também por meio da relação que quem narra tem com o fato em questão e com as suas experiências, articulando-os para tornar-se inteligível para o seu receptor quando rememora algo (sendo ele a (o) pesquisadora (or) ou não). De acordo com o próprio Portelli, em outro texto,⁴² uma das características que faz da História Oral algo diferente é a sua construção relacional no diálogo entre quem fala e quem ouve, o que engloba, inclusive, os seus conflitos.

Se pensarmos em uma memória escrita, lembramos dos acordos e pactos que a pessoa que escreve estabelece com sua (seu) leitora (or), como bem mostra Phillippe Lejeune.⁴³ De acordo com este autor, o pacto autobiográfico se faz na promessa de que aquelas memórias são verídicas.

³⁹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 421

⁴⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricas*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

⁴¹ BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. *Estudos avançados*, v. 17, n. 47, p. 198-211, 2003.

⁴² PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, v. 14, 1997.

⁴³ LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

Para tanto, aquela (e) que rememora constrói um pacto referencial com quem lê, a partir do qual traz materiais e fontes que corroborem com aquilo que é afirmado em seu texto. Seja como for, é importante levar em consideração que independente de seu suporte, a memória é envolta por intencionalidades, necessidades e na relação com um público alvo, seja ele quem ouve ou lê, bem como seus filhos, familiares, vizinhos ou pessoas mais novas, para quem se busca transmitir uma imagem sobre si e sobre os fatos.

Memória como objeto das humanidades

As reflexões de Portelli e Meneses remetem às discussões surgidas na segunda metade do século XX acerca do uso dos testemunhos como fonte para o trabalho de historiadoras (es).⁴⁴ No período em que estes autores escreveram, muitos trabalhos já haviam sido feitos e novas abordagens e metodologias tinham sido construídas acerca dos usos da memória e da história oral. Pensando nisso, as contribuições surgidas das reflexões de ambos são pertinentes àqueles que visam trabalhar com as memórias ou com as trajetórias de vida recentes como objeto de estudo ou como auxílio para suas pesquisas.⁴⁵

Refletindo sobre os estudos da memória em história, mais especificamente por meio da história oral e das trajetórias de vida, devemos lembrar que além dos debates ocorridos no século XX, as (os) historiadoras (es) da microanálise contribuíram para a expansão desse tipo de

⁴⁴ JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína e FERREIRA & Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 45

⁴⁵ Como exemplos temos: PASSERINI, Luisa. *Storia e soggettività: le fonti orali, le memoria*. La Nuova Italia, 1988. (no qual ela aborda a subjetividade na história oral); PATAI, Daphne. *Brazilian women speak: Contemporary life stories*. Rutgers University Press, 1988. (a autora parte de um viés antropológico para realizar uma série de entrevistas com mulheres trabalhadoras); E os próprios debates de Portelli: PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, v. 14, 1997. (originalmente escrito em 1979, problematiza as especificidades dessas fontes); PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores. *Projeto História*: Nº 10. São Paulo: Educ, 1993. (originalmente de 1987, trata de como a relação afetiva de uma pessoa com certos fatos pode interferir em um relato oral).

abordagem.⁴⁶ A história totalizante, preocupada com grandes grupos e estruturas, por muito tempo tratou como dejetos, na concepção de Michel de Certeau,⁴⁷ as experiências específicas, as quais deixaram questões e inquietações que vieram à tona com os estudos como os de Eduardo Grendi,⁴⁸ os quais afirmam que os documentos excepcionais também são reveladores para a história social, pois quebram com categorias e generalizações.

Pensando nos usos da memória para pesquisas das ciências humanas, Portelli e Meneses ainda discutem alguns pontos em seus textos que delimitam a memória como campo, ou temática de estudo tanto da História como das Ciências Sociais. Pensando nisso, Meneses escreve:

Às ciências sociais interessa a memória individual somente nos quadros da interação social: é preciso que haja ao menos duas pessoas para que a rememoração se produza de forma socialmente apreensível. (...) Essa dimensão extra individual tem propiciado às ciências sociais farta exploração da memória individual.⁴⁹

Notamos como Meneses atribui às Ciências Sociais o estudo da memória individual no campo das interações sociais. O autor mostra que as (os) cientistas sociais se voltam para o relato de mais de uma pessoa para tentar conectar os fatos à memória da (o) colaboradora (or). Neste caso ele não trata do uso de vários relatos de uma única pessoa, que aliados a outras fontes, dariam subsídios para o estudo de uma trajetória individual, o que ocorre tanto na Antropologia, como na História.

⁴⁶ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

⁴⁷ CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 15

⁴⁸ GRENDI, Eduardo. Microanálise e História Social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Exercícios de Micro-História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 27

⁴⁹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34. São Paulo: Edusp, 1992. p. 14

Ainda nessa questão, mais adiante, Meneses não se esquece de tratar a memória como remodelação no presente. Como dito anteriormente, ele ressalta as possibilidades de estudos no campo historiográfico apenas para a coletiva, diferenciando assim a história (concebida pelo autor como uma operação racional e cognitiva) da memória, tida como constructo.⁵⁰ Portelli, diferente de Meneses, cita Pietro Clemente para atribuir às ciências sociais, mais especificamente à Antropologia, o estudo das representações do passado, enquanto a (o) historiadora (or) se preocuparia com a veracidade dos fatos. Sobre isso ele escreve:

A distinção de Clemente entre os “fatos” do historiador e as “representações” do antropólogo está totalmente correta. Porém, só considerando-as juntas é que se pode distingui-las. Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem.⁵¹

O autor une preocupações da História e da Antropologia para mostrar os usos da memória como objeto de estudo. Ele concorda com Clemente ao mostrar a diferença na abordagem das duas áreas, porém afirma que para a história oral é indispensável pensar nessas duas questões. Ele mostra que esta é “história com fatos reconstruídos, mas também apreende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e a confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender, as representações.”⁵²

⁵⁰ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34. São Paulo: Edusp, 1992. p. 22

⁵¹ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chianna (Toscana: 29 de junho de 1944) mito, política e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 111

⁵² PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chianna (Toscana: 29 de junho de 1944) mito, política e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Essa abordagem nos remete aos diálogos entre historiadoras (es) e antropólogas (os), estes estreitados após a década de 1970.⁵³ Esse processo é descrito por Eric Hobsbawm⁵⁴ como uma espécie de sociologização da história, sendo que ela também se deu no sentido inverso, ou seja, uma historicização da sociologia. Pensando nessas questões, devemos lembrar que as (os) micro-historiadoras (es) se apropriaram de métodos advindos das ciências sociais para pensar nas trajetórias de vida, como também nos afirma Meneses,⁵⁵ ao criticar a generalização presente na história social totalizante dos *Annales*, a qual não focava nas experiências específicas de determinados agentes históricos, mas nas estruturas, como dito anteriormente.⁵⁶

Nesse sentido, remetemos ao fato de que um relato traz informações específicas acerca de determinadas experiências sociais de um período, ou seja, se constitui por meio dele, um olhar diacrônico sobre o passado sem omitir as estruturas ou as camadas presentes em uma abordagem que se volte para um ponto de vista sincrônico acerca de uma época.⁵⁷ Por fim, Meneses⁵⁸ afirma que a memória e a história são diferentes e que a primeira deve ser tomada como objeto da segunda por ela ser constructo ideológico e psíquico, devendo assim ser problematizada por não ser absoluta, vista a presença de traços que o presente – e outros tempos posteriores ao período lembrado – interferem de forma inconsciente em sua narrativa e contribui para modificar a maneira como os fatos são transmitidos pela pessoa

⁵³ DELACROIX, Chistian; DOSSE, François e GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV; São Paulo: Ed. da Unesp, 2012.

⁵⁴ HOBBSAWM, Eric J. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. pp. 85 – 86

⁵⁵ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34. São Paulo: Edusp, 1992. p. 14

⁵⁶ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

⁵⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 106

⁵⁸ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34. São Paulo: Edusp, 1992. pp. 22 – 23

entrevistada. Essa afirmação do autor nos remete a Pierre Nora,⁵⁹ com o qual Meneses dialoga em seu texto, ao dizer que a história é oposta à memória, pois ela é uma operação intelectual e reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais, enquanto a memória é um fenômeno fluido que deve ser questionado pelas (os) historiadoras (es), pois ela aparece muitas vezes como absoluta.

Assim, Meneses recupera a relevante mudança de uma história narração para uma história-problema, operada inicialmente com a Marc Bloch e Lucien Febvre e estendida pelos demais *Annales*⁶⁰, como ponto crucial para definir o estatuto epistemológico da História como disciplina e como conhecimento racionalmente elaborado e assentado em regras de método para compreender a memória como efeito da realidade social em que ela está inserida, mesmo e sobretudo quando esta memória se remete às experiências de conjunturas diferentes, com outras experiências. A operação de significação simbólica e política que a memória mobiliza deve ser objeto do olhar cuidadoso da (o) pesquisadora (or) de história que ao situar tal memória no cruzamento de temporalidades que a atravessam, gesta a história como conhecimento crítico e como uma efetiva *ciência da diferença*, como assim a define Meneses.

Considerações finais

Memória é um conceito, visto que leva diversos significados dentro de si. Pensando nisso, temos de lembrar que nesse texto abordamos apenas a discussão referente ao campo da história oral, mas que não podemos dar conta de discutir de maneira mais profunda outras questões que envolvem a

⁵⁹ NORA, Pierre. Entre História e Memória: A problemática dos Lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP*. Nº 10. São Paulo: Educ, 1981. p. 9

⁶⁰ Sobre este tema, cf. REIS, Jose Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

memória coletiva e individual, como o patrimônio, por exemplo. Ela se mostra como algo que é presente pelo fato de sempre ser revivida por aqueles que a trazem à tona por meio de operações narrativas que descrevem um fato específico, um processo ou toda uma vivência.

As diferentes camadas de tempo podem ser analisadas por meio de um relato: a narrativa de um evento específico, como o Massacre de Civitella, pode trazer à (ao) pesquisadora (or) dados importantes, como a política italiana no período desse ocorrido, bem como do presente no qual a entrevista foi feita. Também, pode fazer-nos perceber questões estruturais, como mentalidades e ideologias, as quais podem vir à tona por meio de detalhes específicos, como por exemplo, uma associação da narrativa a mitos. Em uma pesquisa que tem o intuito de se utilizar de relatos orais como fontes de informação, a (o) pesquisadora (or) tem de saber separar aquilo que é o passado, ou o fato narrado, do que é o presente, ou o momento de vida da pessoa entrevistada. Portelli e Meneses trazem para nós questões indispensáveis no que tange à metodologia a ser utilizada na análise dessas fontes. A *ucronia* e a necessidade de problematizá-la sem o desprezo desses detalhes, bem como a fluidez da lembrança (associada também ao viés psíquico da (o) colaboradora (or) vem à tona por meio de uma leitura crítica focada no uso da entrevista, como sugere Meneses. A recorrência de lugares físicos ou simbólicos também deve ser problematizada em um relato, tomando em conta as reflexões de Pierre Nora sobre os lugares de memória. Uma pessoa pode materializar sua narrativa por meio de um local no qual o evento ou processo histórico narrado possa ter tido expressividade em sua lembrança, como também a associação com datas específicas. Maurice Halbwachs⁶¹ também pensou em como o espaço influi nas lembranças e mostra que muitos fatos somente são reativados quando passamos por um determinado local ou vemos uma imagem do mesmo.

⁶¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2015.

Os autores analisados também nos mostram que a relação da pessoa entrevistada com o passado deve ser problematizada, de forma que a (o) pesquisadora (or) possa definir dentro da memória coletiva a sua participação individual. Como objeto de estudo das humanidades, a memória deve ser utilizada não apenas para pensar questões referentes ao passado, mas também ao presente, levando em conta tanto as experiências, quanto as ressignificações desse vivido pela pessoa, no decorrer do tempo e no momento no qual seu relato é produzido. A memória é cindida por temporalidades distintas e é na correlação desses tempos históricos que sua análise se torna possível e relevante.

Levando essas questões em consideração, podemos afirmar que a memória é um campo de estudo profícuo das ciências humanas, em especial da História. Por meio dela, a (o) historiadora (or) pode problematizar desde os diferentes pontos de vista presentes em um mesmo grupo político ou social, analisando conflitos e concordâncias, até a experiência de um indivíduo específico para refletir sobre a relação do seu vivido com uma conjuntura maior. Se para esses estudos a memória não é a história e a memória é uma operação individual ou coletiva, que envolve questões psíquicas, culturais e sociais, para outros essa perspectiva é diferente. De acordo com Aleida Assmann,⁶² há uma memória funcional e outra cumulativa. A primeira seria aquela surgida do ato de lembrar e a segunda viria de uma perspectiva surgida do trabalho de levantamento e análise documental realizado na pesquisa. Sendo assim, o trabalho acadêmico de quem se debruça sobre um fato também é produtor de uma memória sobre o passado. Imbuída de interesses e necessidades, a historiografia deve ser historicizada e questionada, em alguns casos, como fonte para o estudo de História do pensamento histórico e/ou Teoria da História. Pensando na perspectiva daqueles que escrevem este texto, concordamos que a

⁶² ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Editora da Unicamp, 2011.

memória é sempre reformulada e sua transmissão varia de acordo com o momento no qual é narrada e que a visão do indivíduo irá influenciar na forma como os fatos serão contados.

Contudo, a História não é necessariamente oposta à memória, mas tratamos daquela que é fruto da pesquisa e do trabalho da (o) historiadora (or). Ela também se aproxima quando lembramos das obras de memorialistas, jornalistas e todos que buscam compreender um período, fato ou processo. Contudo, o fato não é memória e é dessa História-acontecimento que falam Meneses e Portelli. Em um momento em que revisionismos ameaçam o nosso trabalho ao bradar que a pesquisa é apenas um ponto de vista, devemos sempre levar conosco algumas reflexões. O trabalho historiográfico se debruça sobre a memória por meio de procedimentos que visam analisar e compreender sua produção e circulação social. Assim, mesmo como algo anacrônico àquilo que observa, uma (um) historiadora (or) orienta-se em critérios éticos para saber levar em consideração o ponto de vista das pessoas que estuda e compreende a importância de sua pesquisa para olhar para o passado e desconstruir mitos. Ainda pensando eticamente nas trajetórias de pessoas que viveram antes de nós (ou ainda estão vivas), não podemos confundir o fato com a lembrança, mas o que precisamos é criticar respeitosamente as fontes sem deixar de lado a humanidade de quem fala por meio delas e a importância (individual e coletiva) daquilo que ela viveu.

Se as fontes não falam por si só e na tarefa de pesquisa exige-se a formulação de um problema que ajudará a compreender a historicidade da narrativa *mnemônica*, por outro lado nem tudo pode ser dito sobre o passado e sobre as pessoas que nesse passado estiveram. As fontes constituem o ponto de partida da narrativa histórica, sendo lidas a partir dos recursos que a teoria e a metodologia da História apresentam para ler, pensar, escrever, desnaturalizar e historicizar as experiências que certas obtiveram notoriedade, enquanto outras foram destinadas ao esquecimento

deliberado. Entre as tarefas da (o) historiadora (or), em tempos em que o esquecimento estratégico de certos fatos tem sido alardeado e proclamado, devemos seguir desnaturalizando o presente a partir do conhecimento histórico, o que pode começar por compreender e dar a ler os diferentes *rastros*, na expressão de Paul Ricoeur, que estão situados sempre no presente.⁶³ Partir deles para criar um mapa de diferentes memórias e visões sobre a experiência compartilhada continua sendo um dos desafios para aquelas (es) que tomaram o estudo do passado como ofício para pensar o mundo, as formas de existências e modos por meio dos quais as histórias de uns se tornam memórias de outros.

REFERÊNCIAS

Textos analisados

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34. São Paulo: Edusp, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chianna (Toscana: 29 de junho de 1944) mito, política e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Bibliografia

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *Projeto História*, São Paulo n. 14, 1996.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Editora da Unicamp, 2011.

BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. *Estudos avançados*, v. 17, n. 47, p. 198-211, 2003.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: dilemas da interpretação. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2014.

DELACROIX, Chistian; DOSSE, François e GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV; São Paulo: Ed. da Unesp, 2012.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

⁶³ RICOEUR, Paul. O esquecimento e a persistência dos rastros. In. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alan François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, pp. 436-450.

- GRENDI, Eduardo. Microanálise e História Social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). *Exercícios de Micro-História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2015.
- HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- HOBBSAWM, Eric J. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína e FERREIRA & Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- MEIHY, José C. Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2005.
- NORA, Pierre. Entre História e Memória: A problemática dos Lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP*. Nº 10. São Paulo: Educ, 1981.
- PASSERINI, Luisa. *Storia e soggettività: le fonti orali, le memoria*. Roma: La Nuova Italia, 1988.
- PASSERINI, Luisa. Mitobiografia em História Oral. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP*. Nº 10. São Paulo: Educ, 1993.
- PATAI, Daphne. *Brazilian women speak: Contemporary life stories*. Rutgers University Press, 1988.
- PESAVENTO, Sandra. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 2, n. 4, 2004.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, nº 3, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP*. Nº 10. São Paulo: Educ, 1993.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, v. 14, 1997.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- RICOEUR, Paul. O esquecimento e a persistência dos rastros. In: *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alan François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 436-450.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.
- TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2000.
- THOMSON, Alistair. Reconstituo memórias: questões sobre as relações entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, Vol. 15, 1997.

Artigo recebido em 02/09/2019 e aprovado em 05/11/2019.